

O IDEB DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DA BAHIA: o que os indicadores apontam?

Fátima Cristina Dantas Medeiros*

RESUMO

Este estudo analisa o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Ensino Médio da rede estadual da Bahia, no período de 2007 a 2019, por meio dos indicadores educacionais, organizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para melhor compreensão dos significados das informações produzidas, sem deixar de considerar o contexto da rede estadual de ensino. A partir da análise das informações de uma série histórica, o estudo consegue identificar condições que podem ter contribuído para o distanciamento das metas intermediárias projetadas pelo Ideb e vincular com o contexto educacional do Ensino Médio da Bahia. O estudo, baseado em análise de dados secundários, revela indicadores que impactam positiva ou negativamente no Ideb, com o intuito de observar tendências, ao longo do tempo e os pontos de fragilidade, para proposição de novas ações, integradas com as diversas instâncias envolvidas com o Ensino Médio, para fortalecimento das decisões gerenciais e pedagógicas direcionadas à melhoria da educação.

Palavras-chave: IDEB. Ensino Médio. Indicadores Educacionais.

1. INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado para medir a qualidade da educação, por meio de dois indicadores: de Rendimento escolar e da Nota Média Padronizada, obtida por meio dos resultados das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Segundo Fernandes (2007, p.8) o Ideb utiliza a combinação de informações educacionais importantes sobre aprovação e aprendizado. Esses dados são obtidos por meio da média de proficiência revelada pelos estudantes em exames padronizados, aplicados às séries conclusivas de cada etapa da Educação Básica e pela taxa média de aprovação de todos os estudantes matriculados em cada uma das etapas de ensino.

Nesse sentido, Fernandes e Gremaud (2009) consideram que o Ideb é importante, na medida em que permite explicitar e coibir duas situações negativas e prejudiciais aos estudantes, observadas no sistema de ensino: os altos índices de reprovação, ou a aprovação de estudantes sem o devido conhecimento.

Diante desse entendimento, deve-se analisar o Ideb, não como um índice para comparar e ranquear Unidades Federativas (UF), municípios ou escolas, situação usualmente utilizada pela mídia. Ele deve ser visto como um sinalizador fundamental de aspectos que acontecem no contexto educacional, que dizem respeito ao funcionamento dos sistemas de ensino, as ações direcionadas à educação e o quanto elas repercutem positivamente para a melhoria das aprendizagens, considerando os indicadores de rendimento, indicadores de fluxo

* Professora de Língua Portuguesa. Coordenadora Técnica da Coordenação de Avaliação da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

escolar e os resultados das avaliações externas, usadas para verificar se o direito de aprender dos estudantes está sendo garantido.

Indispensável salientar que a partir da criação do Ideb, foram construídas as metas intermediárias para cada escola, com projeções a cada dois anos, tendo como ponto de partida o primeiro cálculo do Ideb e o esforço conjunto das escolas para fazer o País alcançar as metas de desempenho nacionais, com padrão de qualidade dos países desenvolvidos, até 2021. As metas foram definidas no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, de forma pactuada entre o Ministério da Educação, estados e municípios com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e promover a melhoria da qualidade educacional. (FERNANDES; GREMAUD, 2009).

Quando se tem o entendimento sobre os indicadores vinculados ao cálculo do Ideb, percebe-se que sua riqueza de informações possibilita às secretarias estaduais e municipais um maior monitoramento dos sistemas de ensino, no que diz respeito aos dados sobre a trajetória e aprendizagem dos estudantes, condições cruciais para garantia da oferta de educação com qualidade.

No entanto, essas informações qualificadas, apesar do tempo que estão sendo divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), têm provocado um movimento ainda muito sutil de uso gerencial e pedagógico na Bahia, por parte da Secretaria de Educação e das escolas, para melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem e garantia da permanência dos estudantes no tempo necessário para conclusão dos estudos, haja vista os dados preocupantes do Ensino Médio que são revelados na série histórica do Ideb.

Quanto mais atenção forem direcionada para o aprendizado dos estudantes, para os índices de reprovação e abandono, que comprometem a trajetória regular dos discentes, e para a construção de ações destinadas à reversão dos resultados insatisfatórios, revelados pelos indicadores educacionais, mais a educação terá condições de melhorar os efeitos negativos que esses indicadores geram para a sociedade.

O que se tem observado com muita frequência ainda, quando são apresentados os resultados de desempenho dos estudantes pelo Inep, são comportamentos de resistência pelo meio acadêmico, devido ao efeito de controle e responsabilização que as avaliações provocam. (SOARES, 2016). Entretanto, apesar de ainda haver críticas sobre o uso das avaliações externas para monitoramento do sistema de ensino, não há como negar as contribuições do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para identificação de percentuais de estudantes, em vários níveis de desempenho, e para ampliação das discussões sobre as concepções de avaliação, medidas de aprendizado do estudante, definição de currículo e o reconhecimento de outros fatores que interferem na aprendizagem e na qualidade da educação.

É oportuno também reconhecer que o Ideb provocou uma maior atenção das Secretarias de Educação para as taxas de aprovação, reprovação e abandono, indicadores importantes para verificar a trajetória escolar, e para aprimorar os estudos sobre outros fatores intra e extraescolares que podem ser utilizados para associar com a qualidade da educação.

De acordo com Soares (2016), as informações sobre as trajetórias dos estudantes, reveladas por meio do Censo Escolar, permitem um monitoramento anual sobre o acesso dos estudantes à matrícula escolar, em cada estado brasileiro, e sobre as condições de percurso e permanência dos estudantes na escola. Por meio dessas informações, várias ações podem ser implementadas pelas Secretarias de Educação e escolas, como a busca ativa, para evitar o aumento do abandono escolar, e outras voltadas para garantir que todos os estudantes progridam em seus estudos e haja mais equidade nas escolas.

Dessa forma, a análise da série histórica dos dados que estão relacionados com o Ideb, com destaque para o que aconteceu ao longo do tempo na educação da Bahia, é necessária para apontar caminhos, subsidiando a tomada de decisões. Nessa perspectiva, tanto no Órgão

Central da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), quanto nas escolas, deve-se desenvolver uma cultura de uso dos indicadores educacionais e dos resultados das avaliações externas para construção de ações gerenciais e pedagógicas que possam realmente impactar na melhoria das aprendizagens e, conseqüentemente, da qualidade da educação.

Essa percepção sobre a importância dos dados educacionais para melhor entendimento do sistema educacional foi adquirida por meio do trabalho na Coordenação de Avaliação, que exigiu ações de interlocução junto ao Inep para aplicação de avaliações externas e disseminação dos resultados. As análises dos resultados das avaliações externas me oportunizaram momentos de estudos e uma melhor compreensão sobre os propósitos e metodologias usadas nas avaliações em larga escala e sobre como os resultados podem ser tratados e usados de forma profícua para subsidiar a tomada de decisões.

Ao longo do tempo trabalhando na Coordenação de Avaliação, foi possível perceber o impulso tomado pelas avaliações externas, principalmente depois que o Saeb passou a ser censitário, em 2005, e quando foi utilizado para composição do Ideb, com as projeções de metas a partir de 2007.

As alterações ocorridas nas aplicações e nas diversas publicações de resultados do Saeb, feitas pelo Inep, exigiu acompanhamento e estudo sobre os instrumentos utilizados, as matrizes de referência, as escalas de proficiência, as metodologias adotadas na construção dos cadernos de provas, na aplicação dos instrumentos e nas análises e calibração dos itens, que por meio da Teoria de Resposta ao Item¹ (TRI), possibilitou comparar avaliações de diferentes etapas e edições. (CASTRO, 2016).

No entanto, um dos grandes desafios enfrentados em uma Coordenação de Avaliação de um estado de grandes dimensões regionais como a Bahia, sem estrutura adequada para acompanhamento às escolas, reside na realização de uma boa articulação com a comunidade escolar para promover a ampliação do olhar sobre o sentido das avaliações externas e discussões qualificadas quanto à necessidade de utilização dos resultados para melhoria dos processos educativos, envolvendo a comunidade escolar.

Além da dificuldade em fazer a informação qualificada chegar a todos os professores, quando se tem uma rede de ensino grande, há um constante enfrentamento às posturas de resistência à avaliação externa e aos resultados divulgados pelo Inep, na tentativa de desmitificar a barreira erguida pelos profissionais da educação sobre os mecanismos construídos pelo sistema de avaliação nacional para monitoramento da aprendizagem dos estudantes. (SOARES, 2016).

Assim, o interesse pela temática foi motivado pelo trabalho desenvolvido na Coordenação de Avaliação da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) e pelas inquietações em relação aos resultados revelados no Ideb do Ensino Médio. Por esse motivo, aliado a outros relacionados à complexidade da etapa, que atende um público discente em fase de transição da adolescência, constata-se a necessidade de cooperar para a disseminação de informações essenciais que podem ser adequadas para influenciar a tomada de decisões, quanto aos obstáculos a serem superados nesta etapa de ensino. .

A metodologia desta pesquisa foi fundamentada em análise de dados secundários e utilizou as bases de dados publicizadas pelo Inep, de 2007 a 2019, para identificação dos indicadores da rede estadual que se apresentam mais críticos, no Ensino Médio, e das ações implementadas no período que podem ser associadas aos resultados. Vale salientar que os

¹ Teoria de Resposta ao Item é a metodologia estatística, usada em testes de conhecimento, que consegue discriminar os itens, colocar itens e indivíduos em uma mesma escala, garantir fidedignidade aos testes e comparabilidade entre diferentes edições. Passou a ser utilizada pelo Saeb desde 1995 para garantir comparabilidade entre as diferentes etapas e edições da avaliação. Para mais informações, ver: ANDRADE; TAVARES; VALLE, **Teoria da resposta ao item**: conceitos e aplicações. Caxambu: Associação Brasileira de Estatística, 2000.

elementos apresentados nesse artigo se referem apenas às escolas estaduais de Ensino Médio, excluindo as redes municipais, federal e privada.

Dessa forma, as análises podem subsidiar o direcionamento de ações da SEC, voltadas para aprimorar os processos de ensino e de aprendizagem da rede estadual, levando em conta aspectos específicos que não podem ser desassistidos sobre as aprendizagens dos estudantes, indicadores de rendimento e o fluxo escolar, e outras variáveis associadas a estas, que podem comprometer a qualidade da educação.

Para melhor organização das informações, o artigo foi estruturado em quatro seções. A primeira é a introdução deste artigo. A segunda contextualiza o Ensino Médio da rede estadual da Bahia, apresentando os dados de matrícula, quantidade de estabelecimentos, de docentes, informações sobre o fluxo escolar e as ações desenvolvidas pela rede estadual, voltadas especificamente para essa etapa de ensino, que podem ter tido certa influência nos processos de ensino e de aprendizagem.

A terceira seção apresenta a série história do Ideb da Bahia, com as metas previstas para o Ensino Médio da rede estadual; os indicadores usados para o cálculo do índice (Indicador de Rendimento e Nota Média Padronizada) e todas as informações contidas neles.

Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais na qual destacam-se as hipóteses que podem ser relacionadas às análises feitas e proposições direcionadas à melhoria dos indicadores, com o intuito de suscitar discussões mais aprofundadas sobre programas e projetos desenvolvidos pelo estado e o quanto impactam no Ensino Médio da rede estadual. A partir da explicitação dos pontos de fragilidade que necessitam de maior acompanhamento e de movimentos integrados das diversas instâncias envolvidas com o Ensino Médio, pode-se fomentar a implantação de novas ações para o fortalecimento das decisões pedagógicas e gerencias direcionadas à garantia do direito à educação de qualidade, levando em conta também condições contextuais que são necessárias para melhoria da educação, mas que o Ideb não contempla.

2. Contexto do Ensino Médio da rede estadual da Bahia

A Bahia, maior estado da região Nordeste, possui 417 municípios e é o quinto maior território brasileiro, com uma extensão territorial de 564.760 km², e uma população estimada de 14.930.634 pessoas (IBGE, 2020).

Os 417 municípios da Bahia estão organizados em 27 territórios de Identidade, estratégia política adotada durante a gestão do governo de Jaques Wagner, com o intuito de valorizar e respeitar as diversidades do estado e o desenvolvimento sustentável de territórios rurais, considerando o contexto e especificidades locais, a identidade e pertencimento dos moradores, e um conjunto de características ambientais, culturais, econômicas, sociais e políticas. (BAHIA, 2013).

Essa organização e definição de Território de Identidade foi adotada pela Secretaria de Planejamento, em 2007, mas só foi utilizada pela Secretaria da Educação em 2015, logo após a Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015, que aprovou o Plano Plurianual 2016-2019, contemplando as suas 27 regiões. (BAHIA, 2016). Essa estratégia adotada pela Bahia:

[...] busca ativar um modelo de gestão social capaz de se adequar à situação específica de cada território, de modo a responder com efetividade aos desafios encontrados em meio à diversidade do Estado. (SECULT, 2013, p. 19).

Assim, nos 27 Territórios de Identidade, existe estrutura montada pela SEC, com gestores regionais e equipe técnica, para acompanhar as escolas e atender os profissionais da educação, sem que precisem se deslocar para o Órgão Central, localizado na capital do estado.

Em cada um dos 27 territórios, chamados também de Núcleo Territorial de Educação (NTE), há uma quantidade de municípios a eles circunscritos e de escolas. Essa organização permite que a SEC avalie quais os territórios estão com escolas mais fragilizadas em seus resultados e quais as demandas locais para definir estratégias para melhoria da oferta educacional. A partir do atendimento à aspectos da territorialidade,

[...] (por exemplo, tradições e práticas sociais ou paisagens naturais), quando valorizados, não somente reforçam a autoestima dos grupos locais, como também podem-se transformar em atividades econômicas que contribuam para a melhoria das condições de vida de suas populações. (SECULT, 2013, p. 27).

Além das características econômicas e socioculturais de cada região da Bahia, a extensão territorial de alguns NTE, a quantidade de escolas, de municípios e de salas localizadas em zonas rurais de difícil acesso, contribuem para tornar mais desafiador o monitoramento das ações educacionais nas unidades escolares e a implementação de propostas interventivas, considerando dados evidenciados nas avaliações externas. Entretanto, sem a organização do Estado por Território, seria ainda mais difícil a identificação de forças e fragilidades por escola e do acompanhamento delas pelo Órgão Central

De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2020, p. 26),

Para que seja possível compreender os principais obstáculos presentes no contexto da Educação no Brasil, o ponto de partida é a descrição de sua magnitude e abrangência, especialmente no que se refere ao número de alunos, de professores e de escolas existentes no País.

Dessa maneira, para obter uma visão ampla, quanto às condições de atendimento da rede estadual, no Ensino Médio, do maior estado da região nordeste, é fundamental conhecer as evidências diretamente ligadas à abrangência da rede: trajetória escolar, observadas por meio da matrícula dos estudantes; quantidade de escolas; as taxas de aprovação, de reprovação, de abandono e os indicadores de distorção idade-série, que sinalizam se o sistema de ensino estadual da Bahia está cumprindo com a meta de aprendizagem, considerando a idade certa para cada série e etapa de ensino, dentre outros dados importantes que estão apresentados nesta sessão.

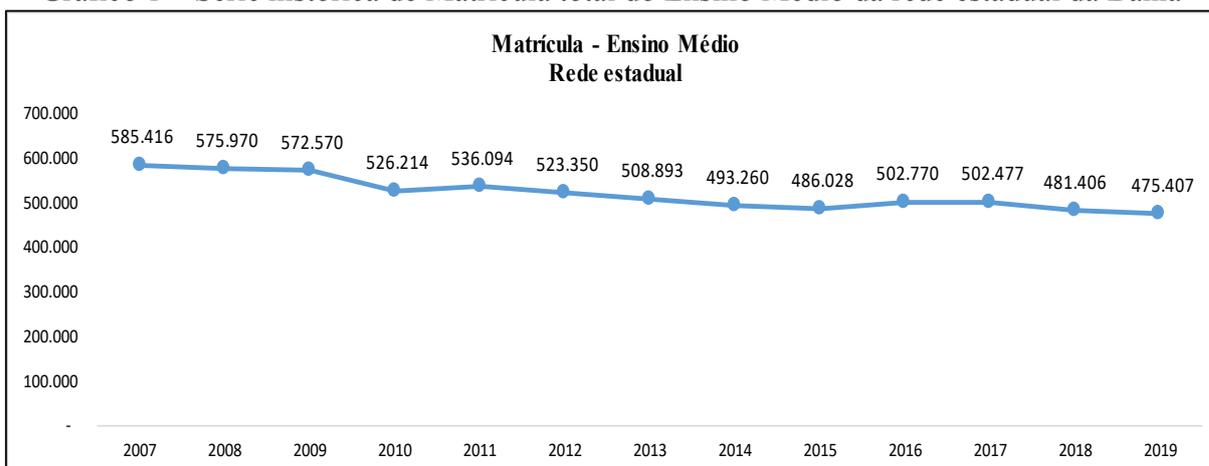
Por trajetória escolar entende-se acesso, permanência, promoção e conclusão das etapas em que o ensino se organiza. A qualidade dessa dimensão é captada por sua regularidade. Assim, uma trajetória, embora completa, porém irregular ou mais longa do que o necessário é uma maneira inadequada de atender o direito à educação. (SOARES, 2016, p. 143).

Quanto aos dados de acesso, na matrícula da Bahia, em 2019, foram informados ao Censo Escolar, 544.868 estudantes matriculados no Ensino Médio Regular, correspondendo ao 4º maior estado brasileiro em matrícula nessa etapa de ensino. (BRASIL. Inep, 2019).

Em relação ao quantitativo de estudantes matriculados na rede estadual, o Ensino Médio da Bahia ocupa o terceiro lugar em matrículas, com 475.407 estudantes em 2019, correspondendo a 87,25% do total de matrículas nessa etapa, distribuídas em 874 escolas estaduais localizadas na zona urbana e 156 localizadas em zonas rurais. São Paulo e Minas Gerais ocupam o primeiro e segundo lugar, respectivamente. (BRASIL. Inep, 2019).

O Gráfico 1 apresenta os dados de matrícula do Ensino Médio da rede estadual da Bahia, de 2007 a 2019, para entendimento do cenário de acesso à rede estadual nesta etapa de ensino.

Gráfico 1 – Série histórica de Matrícula total do Ensino Médio da rede estadual da Bahia



Fonte: Elaboração própria, a partir das Sinopses Estatísticas – Inep 2007 a 2019

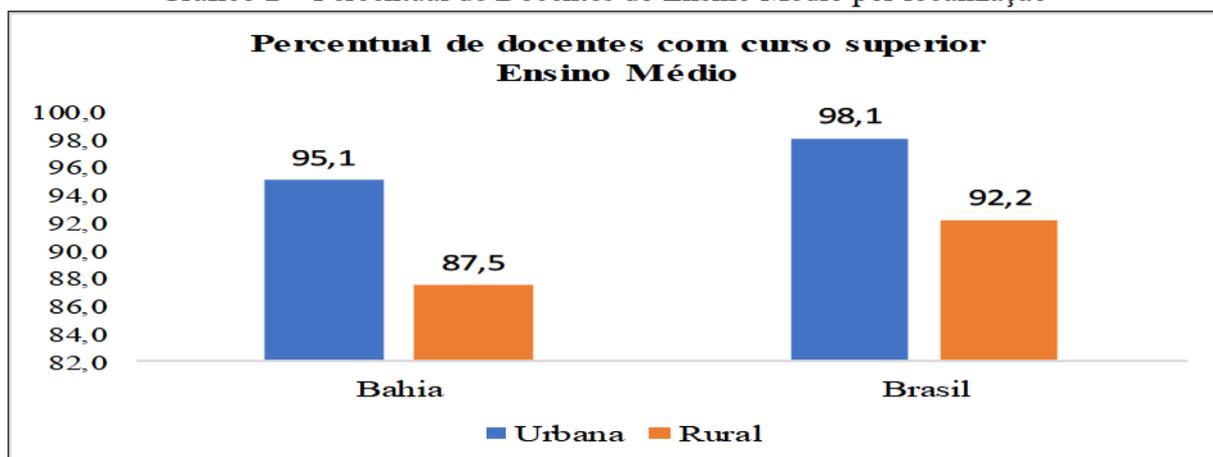
Com base nas informações apresentadas no Gráfico 1 é possível observar a tendência gradativa na redução de matrícula na rede estadual, de 2007 a 2010, com um pequeno crescimento em 2011, no que diz respeito aos dados de 2010. A matrícula continuou reduzindo de 2012 a 2015. Nos anos de 2016 e 2017 houve um crescimento em relação aos dados de 2015, mas a redução se manteve em 2018 e 2019, sendo este último ano o que apresentou o menor quantitativo de matrícula da série histórica.

Em 2019, dos 474.407 estudantes matriculados no Ensino Médio da rede estadual da Bahia, 30.914 estavam em escolas localizadas em zonas rurais. Importante ressaltar que a redução de matrícula não ocorreu apenas na Bahia. Ao comparar com os estados com maior número de matrícula, a Bahia, no que diz respeito à matrícula de 2007 e a de 2019, apresentou o maior percentual de redução, aproximadamente 18,79%, enquanto São Paulo e Minas Gerais tiveram redução de 14,63% e 10%, respectivamente. Mas, em referência aos estados do Nordeste, a redução de matrícula da Bahia foi menor que a redução revelada pelo Rio Grande do Norte (26,52%) e por Pernambuco (22,66%). (BRASIL. Inep, 2019).

Os dados de matrícula são relevantes para definir a quantidade de turmas nas escolas e, conseqüentemente, de docentes necessários para atendimento à educação. Em 2019, a Bahia, no que se refere à quantidade de turmas de Ensino Médio da rede estadual, ocupou o terceiro lugar, em referência a outros estados brasileiros, com 16.126 turmas. (BRASIL. Inep, 2019). No tocante à quantidade de docentes que atendem ao Ensino Médio, a Bahia também apresenta um quantitativo grande de profissionais no seu quadro de servidores e ocupava, em 2019, a 5ª posição, com 23.743 docentes, atrás dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, respectivamente. A maioria destes docentes pertence ao quadro efetivo/concursado (17.371), que corresponde a 73,16% e os demais estão entre contratos temporários, terceirizados. (BRASIL. Inep, 2019).

O Gráfico 2 apresenta o comparativo de percentual de docentes com curso superior, em 2019, na Bahia e no Brasil, por localização.

Gráfico 2 – Percentual de Docentes do Ensino Médio por localização

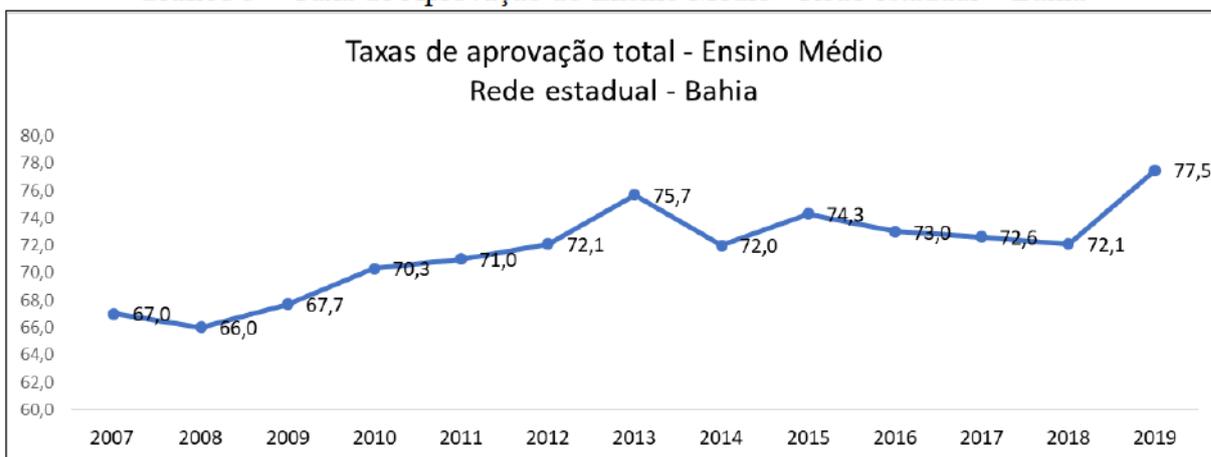


Fonte: Elaboração própria, com base em dados dos Indicadores Educacionais – Inep 2019

O Inep relacionou o percentual de docentes por localização (rural e urbana) a partir de dados informados na matrícula e do quantitativo de turmas. O gráfico revela que a situação de professores da Bahia, com curso superior na zona rural, requer atenção para garantia da melhoria da qualidade da educação nas escolas dessas localidades, pois apresenta ainda um percentual de 12,5 % docentes sem formação superior, situação que não deveria mais existir. BRASIL. Inep, 2019).

Para uma melhor visualização sobre um dos componentes do fluxo escolar, que diz respeito à progressão dos estudantes do Ensino Médio na rede estadual da Bahia, é necessário observar os dados de aprovação. O gráfico 3, portanto, apresenta as taxas de aprovação do Ensino Médio da Bahia, nessa etapa de ensino.

Gráfico 3 – Taxa de Aprovação do Ensino Médio - Rede estadual – Bahia



Fonte: Elaboração própria, com base nas Taxas de Rendimento – Inep 2007 a 2019

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 3, o Ensino Médio da rede estadual, de 2007 a 2009, revelou um percentual de aprovação abaixo de 70%. A partir de 2010, a taxa de aprovação estacionou em variações médias de 70%, sem chegar a 80%. Em 2013 houve um crescimento, em relação aos anos anteriores, que não se manteve nos anos seguintes, com exceção de 2019, que apresentou a melhor taxa da série histórica.

A regularidade apresentada nos percentuais baixos de aprovação, expõem um problema a ser enfrentado pela rede estadual, no Ensino Médio. Precisam ser melhor

monitorados em cada escola para não continuar produzindo outros indicadores ruins, como a repetência, a distorção idade-série e o abandono.

A maior taxa de aprovação da Bahia, na série histórica, foi a sexta menor, considerando os outros estados e o Distrito Federal. O Nordeste e o Brasil apresentaram, em 2019, taxas de aprovação de 85,3 e 84,5, respectivamente. (BRASIL. Inep, 2019).

Outro indicador essencial para verificar o percentual de estudantes que não estão progredindo nas séries do Ensino Médio da rede estadual, e que estão diretamente ligados aos estudantes não aprovados, diz respeito à taxa de reprovação.

Por meio desse indicador pode-se extrair informações quanto às tendências indicativas de posturas docentes, pautadas na crença que a reprovação é um caminho melhor para valorizar a escola e o trabalho do professor e para não aprovar quem não “sabe”. Portanto, o olhar para a série histórica possibilita perceber se houve regressão significativa ou manutenção de percentuais de reprovação e o quanto isso pode revelar sobre uma cultura de reprovação existente na rede estadual.

Em manifestações de professores, por exemplo, a não reprovação é acusada de: provocar a desqualificação do ensino e da aprendizagem, sucatear a escola, desvalorizar o trabalho do professor, tirar a motivação do professor para ensinar e do aluno para estudar e realizar as tarefas escolares, provocando maior indisciplina. Como consequência, denuncia-se estar, a escola, diplomando analfabetos e os governos, divulgando taxas de aprovação como evidência de melhoria de qualidade de ensino, sendo que estes têm como alvo principal a economia de recursos que decorreria da extinção da reprovação (SOUSA; BARRETO, 2004, p. 22).

Quando o estudante é retido na série, por meio da reprovação, e não consegue avançar nos estudos, tende a abandonar a escola. Levando em conta os dados altos de reprovação no Brasil, com maior incidência sobre a população preta e indígena, o UNICEF destaca a necessidade de um enfrentamento por todos, nacionalmente.

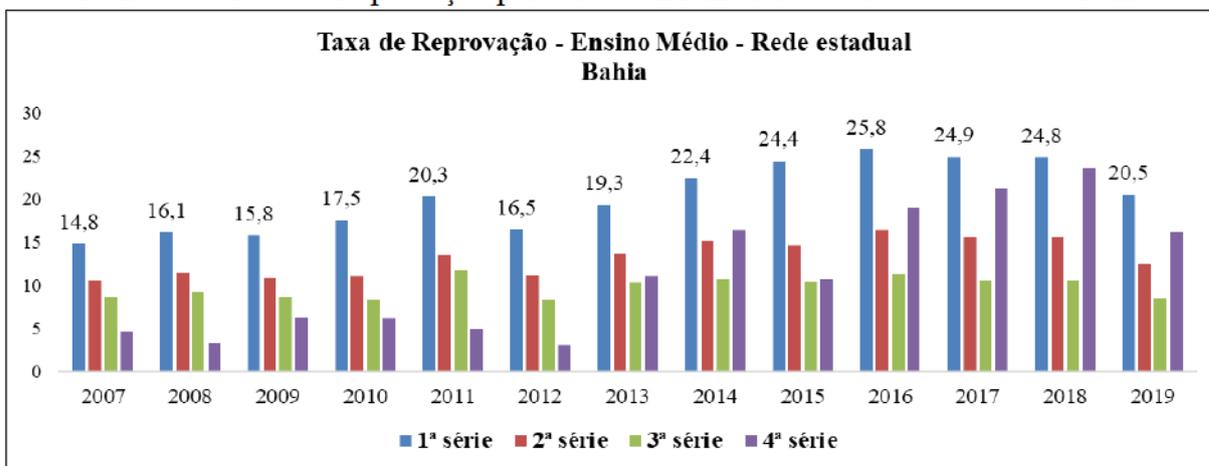
O enfrentamento da cultura da reprovação nas escolas de todo o país e, em especial, das escolas que atendem as populações mais vulneráveis, é responsabilidade de cada docente e de cada gestor em todas as instâncias dos sistemas educacionais. (UNICEF, 2021, p.21).

A repetição da série escolar contribui para o desenvolvimento de sentimento de incapacidade dos estudantes para avançar na vida acadêmica. De acordo com o UNICEF,

As crianças ou os adolescentes com experiências de reprovação têm sua autoestima rebaixada e, dependendo do contexto em que vivem, da sua condição social e econômica, das suas características pessoais e das suas possibilidades de desejar o presente e o futuro, podem desistir de estudar. A reprovação é um poderoso indutor do abandono escolar. (UNICEF, 2021, p.23).

Assim, a série histórica das taxas de reprovação, por série do Ensino Médio, apresentada no Gráfico 4, expõe os percentuais altos da Bahia, e as séries que são mais críticas em termos percentuais.

Gráfico 4 – Taxa de Reprovação por série do Ensino Médio - Rede estadual – Bahia



Fonte: Elaboração própria, com base nas Taxas de Rendimento – Inep 2007 a 2019

Os dados constantes no Gráfico 4, portanto, revelam um cenário inquietante sobre a reprovação da rede estadual. De 2014 a 2018 houve um crescimento expressivo de reprovações na 1ª série do Ensino Médio. Interessa destacar também o aumento de reprovações na 4ª série da Educação Profissional, a partir de 2013. Esse cenário de altas reprovações no Ensino Médio, manutenção das taxas elevadas na 1ª série e crescimento das mesmas ao longo do tempo indicam a ausência de ações voltadas para a redução de um cenário que provoca a exclusão de estudantes.

O percentual médio de reprovação na Bahia, segundo o Inep, ficou em 14,7%, em 2019, maior que a média do Brasil (10,0%). (BRASIL. Inep, 2019). Como consequência da reprovação, muitos estudantes abandonam a escola.

Ainda segundo o UNICEF, o abandono pode estar fortemente associado às altas taxas de reprovação, dentre outros fatores relacionados, que precisam ser melhor analisados e enfrentados para reduzi-los.

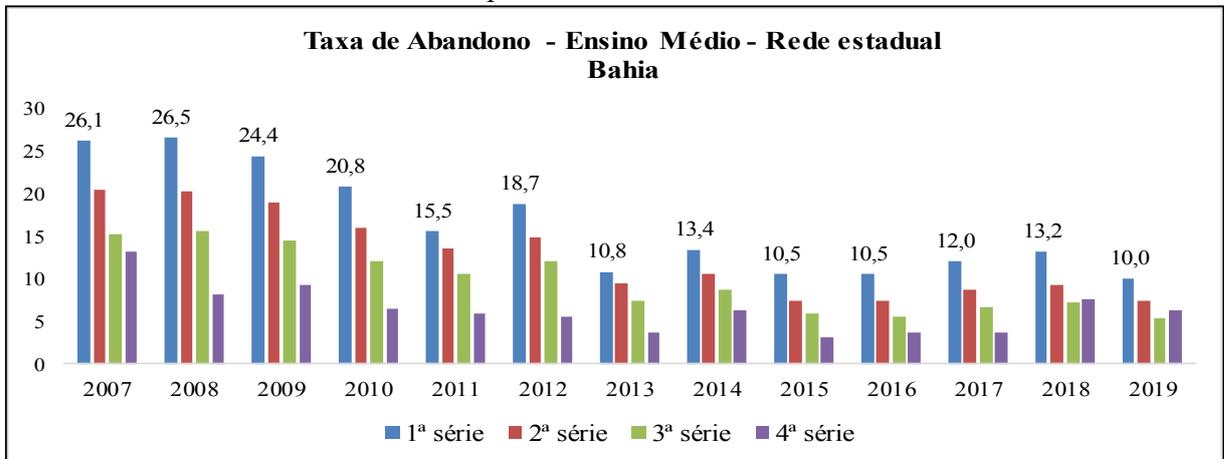
A cultura da reprovação incide fortemente sobre as trajetórias escolares de crianças e adolescentes, e, combinada com características pessoais e limitações de acesso decorrentes das desigualdades sociais, com base na localização da escola ou da moradia, aumenta a incidência de abandono, o que permite identificar quais são as populações escolares mais vulneráveis e, assim, atuar para romper os ciclos de exclusão. (UNICEF, 2021, p.30).

Isto posto, a série histórica das taxas de abandono, apresentada no Gráfico 5, retrata um cenário também desafiador para o Ensino Médio da rede estadual da Bahia.

De 2007 a 2010, a rede estadual apresentou altas taxas de abandono, acima de 20% na 1ª série do Ensino Médio. Importante perceber que as maiores taxas de reprovação também estão na 1ª série do Ensino Médio. Em 2011 houve uma diminuição do percentual, no que diz respeito aos anos anteriores, mas, em 2012 o abandono voltou a crescer e passou a oscilar entre 2013 a 2019. A menor taxa de abandono apresentada na série histórica do Ensino Médio da Bahia, relativa aos estudantes da 1ª série, foi em 2019.

Quanto às taxas gerais de abandono do Ensino Médio, a Bahia ainda apresenta um percentual preocupante nesse indicador, em comparação com o Brasil. De acordo com o Inep, em 2019, o Brasil apresentou percentual de 5,5% e a Bahia 7,8%. (BRASIL. Inep, 2019).

Gráfico 5 – Taxa de Abandono por série do Ensino Médio - Rede estadual – Bahia

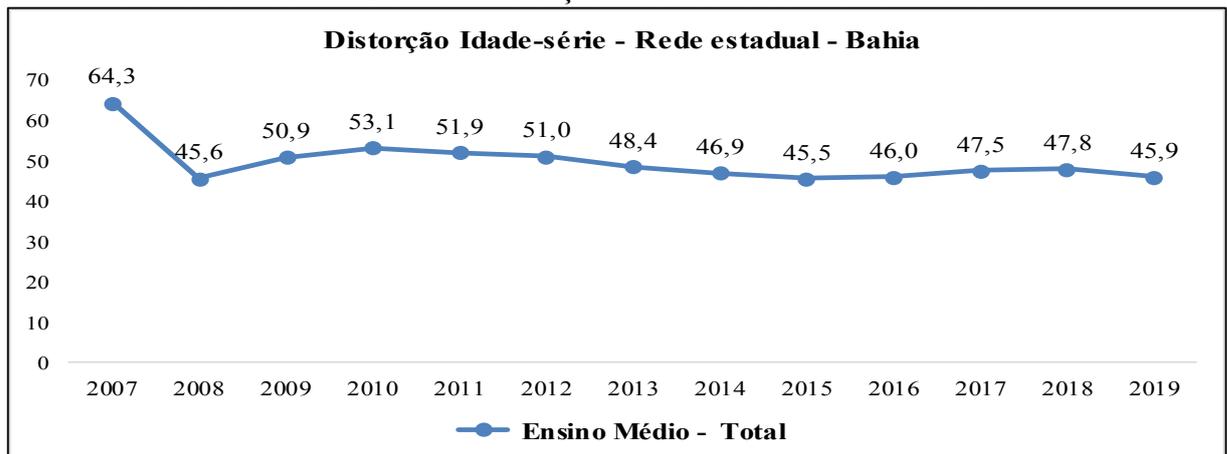


Fonte: Elaboração própria, a partir das Taxas de Rendimento – Inep 2007 a 2019

Outra consequência da reprovação alta revelada pela rede estadual do Ensino Médio na Bahia se reflete nos números da distorção idade-série, que também consta na base de dados do Inep e informam sobre a proporção de estudantes que têm idade acima da esperada para o ano que estão matriculados. À medida que o tempo passa e o estudante se considera deixado para trás, em relação à turma que pertencia, pode gerar um sentimento de vergonha e frustração, pois ele percebe que tem idade mais avançada que os demais colegas e tende a deixar de frequentar a escola.

Conforme o Censo Escolar 2019, as maiores taxas de distorção das redes estaduais no Brasil são relativas ao Ensino Médio, em torno de 29,3%. Na Bahia, as taxas de distorção Idade-série da rede estadual no Ensino Médio são maiores que a média nacional. Ficou, em 2019, em 45,9, como pode ser visto no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Série histórica - Distorção Idade-série do Ensino Médio – Bahia



Fonte: Elaboração própria, a partir das Sinopses Estatísticas – Inep 2007 a 2019

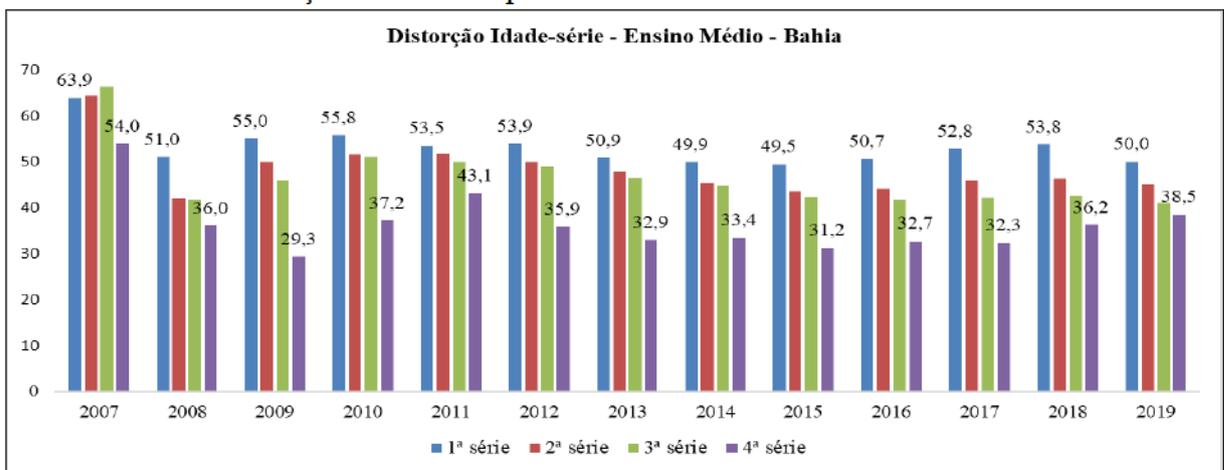
Os dados do Gráfico 6 informam que, em 2007, a Bahia tinha uma elevada taxa de distorção idade-série no Ensino Médio, apresentou uma queda considerável, de 18,7 pontos, em 2008, mas, nos anos seguintes, tornou a subir e só atingiu valor semelhante a 2008 em 2015 e 2019. (BRASIL. Inep, 2019).

Esse é um cenário bastante preocupante para o estado da Bahia, pois pode comprometer o futuro de jovens, deixando-os sem perspectiva e com a crença de impossibilidade de avançar nos estudos, conforme aponta estudo do UNICEF.

A distorção idade-série imobiliza milhões de meninas e meninos brasileiros, deixando-os atados ao ciclo do fracasso escolar. Esse fenômeno atinge, principalmente, quem vem das camadas mais vulneráveis da população e corre sério risco de exclusão, estando mais propenso a abandonar a escola para ingressar no mercado de trabalho de modo prematuro e precário, sem concluir os estudos. (UNICEF, 2018, p.3).

Ao fazer a análise detalhada por série das taxas de distorção da rede estadual do Ensino Médio, verifica-se que os maiores percentuais estão, predominantemente, na 1ª série, conforme dados apresentados no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Distorção Idade-série por série do Ensino Médio - Rede estadual - Bahia



Fonte: Elaboração própria, a partir das taxas de distorção idade-série – Inep 2007 a 2019

Segundo o detalhamento da distorção Idade-série apresentada no Gráfico 7, em 2007, ano que o estado apresentava a maior taxa de distorção, a terceira série revelou percentuais mais altos que as demais séries do Ensino Médio. Nos demais anos da série histórica, a 1ª série concentra os maiores percentuais de distorção. Chama a atenção também a constância alta de estudantes em situação de atraso de dois ou mais anos na 1ª série.

É necessário destacar que a redução das taxas nas séries mais avançadas do Ensino Médio não é um indicador positivo, pois pode representar um abandono dos estudantes. De acordo com estudos da UNICEF, a redução observada nas taxas de distorção idade-série, em cada série do Ensino Médio,

[...] não quer dizer que os problemas estão sendo resolvidos. Em muitos casos, o que ocorre é que os estudantes que estão em atraso acabam abandonando a escola ou são encaminhados para a educação de jovens e adultos. (UNICEF, 2018, p. 5).

Na 4ª série da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, as taxas um pouco menores de distorção, relativas à 3ª série, exigem um esclarecimento sobre essa particularidade de oferta de ensino e atenção para o esforço maior dos estudantes que precisam passar quatro anos na escola para concluir o curso e, mais uma vez, a redução pode ser analisada como dado preocupante de abandono.

2.1 Algumas políticas públicas voltadas para o Ensino Médio

As políticas públicas mais relevantes e de maior amplitude voltadas para o Ensino Médio, com propostas relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem, serão brevemente detalhadas também nesta sessão do artigo, pois ajudam a caracterizar o contexto da rede estadual e identificar ações que podem ter tido algum impacto no Ideb.

As políticas educacionais devem ser formuladas para se obter e manter uma educação de qualidade. Elas devem utilizar diagnósticos, entre outros, provenientes de análises dos dados coletados pelos Censos Escolares, por pesquisas domiciliares como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e por avaliações externas de aprendizado. As políticas implementadas, por sua vez, também precisam ser avaliadas para verificar sua eficácia e se há necessidade de mudanças. (KLEIN, 2006, p. 140).

Uma das ações da rede estadual, voltada para o diagnóstico das aprendizagens dos estudantes do Ensino Médio, foi a criação de um sistema de avaliação, denominado Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE). (BAHIA, 2016). O sistema de avaliação possibilitou a realização de um diagnóstico dos processos de aprendizagem e do perfil de estudantes, professores e gestores dessa etapa de ensino, em um momento que não existia avaliação censitária para o Ensino Médio.

O SABE, no período de 2008 a 2011 foi desenvolvido com 233 escolas exclusivas de Ensino Médio. Entre 2011 e 2013, o sistema foi ampliado para todas as escolas dessa etapa de ensino e desenvolvido em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). A avaliação teve por objetivo acompanhar as aprendizagens dos estudantes, por isso foi aplicada cada ano em uma série, com o intuito de desenvolver um estudo longitudinal e propor intervenções pedagógicas, enquanto os estudantes ainda estavam no Ensino Médio. (BAHIA, 2014).

O SABE, possibilitou um diagnóstico sobre o aprendizado dos estudantes nas áreas quatro áreas do conhecimento, além da análise sobre a escrita, nos mesmos padrões do Enem. Os resultados desse período de avaliação foram divulgados por meio de boletins para os estudantes, de relatórios pedagógicos para cada escola, núcleos regionais e Órgão Central e também por meio de encontros presenciais para a equipe técnica e dirigentes da SEC e NTE. (BAHIA, 2014).

O sistema de avaliação estadual foi interrompido no período de 2014 a 2018 e só foi retomado em 2019. Nesse momento, a SEC reiniciou o SABE, com o objetivo de retomar o diagnóstico das aprendizagens e fortalecer o processo formativo, a partir de dados e evidências sobre as aprendizagens, que se revelou bastante crítica na edição do Ideb de 2017.

Nessa retomada do sistema, foram realizadas sete avaliações, sendo seis elaboradas pela equipe da Coordenação de Avaliação da Secretaria de Educação, impressas pela escola e lançada em um sistema próprio, que consolidou acertos e erros dos estudantes, por descritor, obedecendo a Matriz de Referência do Saeb. Apenas uma avaliação denominada de Somativa e chamada pela equipe de gestores da SEC como Prova SABE, foi aplicada pelo (CAEd/UFJF), em setembro de 2019, para 128.555 estudantes matriculados na 3ª série do Ensino Médio e na 3ª e 4ª séries da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio.

A proposta da Secretaria de Educação, com a aplicação das seis atividades avaliativas, foi aproximar as escolas de Ensino Médio, que revelaram baixa participação e desempenho crítico no Saeb de 2017, da Matriz de Referência e dos modelos de itens utilizados pelo Saeb. Dessa maneira, com o entendimento de que a quantidade de exercícios pode ajudar a promover o aprendizado, foi definido um conjunto de atividades avaliativas para os estudantes, que estão apresentados na Figura 1.

Figura 1 – Cronograma de atividades avaliativas do SABE 2019



Fonte: Secretaria de Educação do Estado da Bahia

A Avaliação Somativa, ou Prova Sabe, aplicada em setembro, sob a responsabilidade do CAEd, utilizou a mesma metodologia de aplicação de provas do Saeb e, por meio da TRI, os resultados foram colocados na mesma escala do Saeb. (CAED, 2020).

Outra política pública que merece atenção, implementada pela Secretaria de Educação, para atendimento aos estudantes de Ensino Médio que residem em zona rural, distantes e de difícil acesso, é o Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec). A proposta é reconhecida como uma alternativa pedagógica de transmissão de aulas, implantada desde 2011, para as diversas salas espalhadas em localidades distantes, com escassez de recursos educacionais e de profissionais capacitados para atendimento a essa etapa de Ensino. O ensino se dá por meio de equipamento de áudio e vídeo. (BAHIA, 2016).

Em cada sala de EMITec há um mediador, cedido pela parceria entre estado e municípios, responsável pela organização do espaço, pela intermediação das dúvidas dos estudantes e articulação das ações necessárias para garantir a transmissão das aulas. No entanto, são os professores que desenvolvem as aulas em um estúdio de gravação, montado para esse fim, em Salvador. Eles também organizam as avaliações, que são aplicadas e corrigidas pelo mediador, tomando por base o gabarito (chave de correção) enviado pelos professores. Todas as aulas são gravadas para acesso e revisão pelos estudantes. Em 2019, o EMITec teve 5.256 estudantes matriculados na 3ª série do Ensino Médio.

Importante salientar que o ano de 2012 foi marcado por uma greve na rede estadual da Bahia, que durou mais de 100 dias, com cortes de salários que fragilizou as relações entre os professores e o governo do estado e pode ter impactado na aprendizagem dos estudantes. (ALMEIDA, 2012).

Ainda como política voltada para a etapa de ensino em análise, de grande alcance para todas as escolas, merece atenção o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pelo Governo Federal, pela Portaria nº1.140, de 22 de novembro de 2013, que “definiu as condições e critérios para a concessão de bolsas de estudos e pesquisa no âmbito do Ensino Médio.” (BRASIL, 2016).

O programa foi desenvolvido pela Secretaria de Educação, em parceria com o MEC, durante o ano de 2015, para atendimento a alguns desafios do Ensino Médio, a exemplo da necessidade de formação continuada de professores, tendo em conta a quantidade de componentes curriculares existente nessa etapa de ensino e dificuldade de realização de

processo formativo para esse público. Tinha como proposta a promoção da melhoria da qualidade do ensino e o atendimento a professores das diversas áreas do conhecimento e coordenadores pedagógicos. (MEC, 2013).

Os encontros formativos do Pacto foram realizados dentro da própria unidade escolar, como medida para fortalecer os momentos de Atividade Complementar (AC), que são parte integrante da carga horária do professor, e promover o aprimoramento da prática docente.

Após o encerramento do programa pelo Ministério da Educação (MEC), o estado da Bahia ainda deu continuidade por mais um ano, em 2016, sem a disponibilização de bolsas para os professores, como aconteceu em 2015. (BAHIA, 2016).

Outra ação que merece destaque, envolvendo todas as escolas da rede pública de ensino, foi a reorganização dos tempos pedagógicos, ocorrida em 2017. De acordo com a proposta apresentada pela Superintendência de Políticas para a Educação Básica (Suped), e publicada na Portaria Nº 9936, de 11 novembro de 2016, a decisão considerou os benefícios da reestruturação das unidades letivas e fez parte de um conjunto de medidas adotadas, com vistas à melhoria da aprendizagem dos estudantes. (BAHIA, 2016)

Assim, os 200 dias letivos e as 800 horas de estudo foram reestruturadas pela rede estadual para acontecer em três unidades, compreendendo o espaçamento de dias entre as unidades como medida considerada fundamental para favorecer o planejamento do trabalho pedagógico, as mediações dos professores, o aprendizado dos estudantes, bem como o acompanhamento das aprendizagens dos estudantes. (BAHIA, 2016).

Também em 2019 uma grande ação para fortalecer os aprendizados dos estudantes foi implantada: o programa Mais Estudo. O Programa do governo convocou estudantes da própria rede estadual, com notas mais altas em Língua Portuguesa e Matemática, com o objetivo de incentivá-los a estudar mais e ajudar os colegas, desenvolvendo um trabalho de monitoria, no turno oposto. Foram beneficiados 10.000 estudantes, que, por meio da ação, colocaram em prática a solidariedade e atividades para despertar o desejo de seguir a carreira docente. Para incentivar a participação, os estudantes receberam uma bolsa de R\$200,00, durante três meses, pois o programa foi iniciado em setembro, segundo semestre do ano letivo, e tiveram o acompanhamento de professores e coordenadores pedagógicos. (BAHIA, 2019).

3. Apresentação e análise do Ideb do Ensino Médio da rede estadual da Bahia

Após a caracterização do Ensino Médio estadual, os dados do Ideb são apresentados com intuito de identificar relações entre os elementos positivos e negativos expressos pelos indicadores nessa etapa de ensino. (BRASIL. Inep, 2019).

Diante da importância dos indicadores usado pelo Ideb, estudos realizados pelo IPEA (2019) propõem o uso desse índice, articulado com uma gestão estratégica do Plano Nacional de Educação (PNE), como instrumento de gestão governamental.

Para Soares (2009), quando um estado concentra esforços para elevar a qualidade da educação, vários fatores precisam ser considerados e o Ideb deve ser visto como índice que, de forma mais concreta, permite

[...] identificar escolas e redes escolares que não estão atendendo de forma adequada a seus alunos e quais precisam, portanto, de ajuda e/ou intervenção. Além disso, tem permitido a adoção de metas claras de melhorias. Ou seja, o Ideb permitiu trazer, de forma objetiva, para a rotina das escolas a discussão dos seus resultados, uma grande transformação no modo de se analisar o sistema educacional brasileiro. (SOARES, 2009, p. 231).

Em face desse entendimento, quando se analisa os componentes do Ideb (taxas de aprovação e proficiência em português e matemática), joga-se luz sobre as variáveis que a escola precisa discutir para direcionar suas ações. O olhar da Secretaria de Educação para os indicadores e fatores que podem comprometer ou interferir na melhoria da qualidade da aprendizagem, é essencial para compreender as condições que interferem na garantia do direito de aprender e na equidade entre escolas. O reconhecimento sobre a compensação que um indicador tem sobre outro e impacto do Ideb sobre escolas e redes também esclarecem os pontos de fragilidade e limitações do índice.

De acordo com a Nota Técnica do Ideb, os indicadores educacionais

[...] são desejáveis por permitirem o monitoramento do sistema de ensino do País. Sua importância, em termos de diagnóstico e norteamento de ações políticas focalizadas na melhoria do sistema educacional, está em: a) detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência; b) monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino. (INEP, 2007, p. 2).

Entretanto, tendo em vista os dados usados para cálculo do Ideb, a complexidade do sistema educacional e o que se espera de um sistema de ensino que garanta aprendizagem para todos, Soares (2013) apresenta falhas na compensação de um indicador sobre outro, que podem produzir efeitos e as consequências criticáveis sobre a garantia de direitos à educação. Assim, propõe aperfeiçoamento para as imperfeições que os indicadores usados no Ideb provocam e mudanças na forma de divulgações e uso dos resultados para torná-lo mais relevante.

O Ideb deve ser divulgado de forma contextualizada, que contenha pelo menos uma descrição do nível socioeconômico das escolas ou dos municípios. Idealmente, outras características das escolas, como sua infraestrutura, devem também ser consideradas. Isso não advoga que as expectativas relativas ao aprendizado dos alunos devem ser diferentes em diferentes municípios, mas apenas que, para atingir os aprendizados necessários, alguns cenários sociais são mais adversos do que outros. (SOARES, 2013, p. 920).

Interessante sinalizar que o Ideb do Ensino Médio foi calculado, até a edição de 2015 para as Unidades Federativas, para as Regiões e para o Brasil, tomando por base o desempenho de uma amostra de escolas de Ensino Médio, definidas pelo Inep, e sem grandes detalhamentos sobre esse grupo e sua variabilidade. Por ser amostral, os resultados por escola não eram divulgados.

Somente a partir de 2017, o Inep, por meio da Portaria Nº 564, de 19 de abril de 2017, definiu que o Saeb seria censitário para o Ensino Médio e utilizado para mensurar as aprendizagens dos estudantes da rede pública nessa etapa de ensino. (BRASIL. Inep, 2017). Dessa forma, não foi possível verificar nesse estudo, dados de participação das escolas no período em o Ideb foi proposta para análise.

Em vista dessa mudança, que tornou o Saeb censitário para as escolas de Ensino Médio, com divulgação do Ideb para as escolas que atendessem o percentual mínimo de participação de estudantes na referida avaliação, conforme detalhamento constante na Portaria 447, de 24 de maio de 2017, houve um maior interesse para as condições de participação e para o desempenho dessas escolas.

Conforme ressalta Fernandes (2016, p.101) “...é necessário produzir informações que possibilitem à população local julgar a qualidade da educação oferecida”. E esse julgamento sobre qualidade das escolas do Ensino Médio da rede estadual ainda não encontrava muita reverberação, pois as avaliações estaduais realizadas na Bahia não promoviam a ampla divulgação na mídia, como tem sido a prática do Inep.

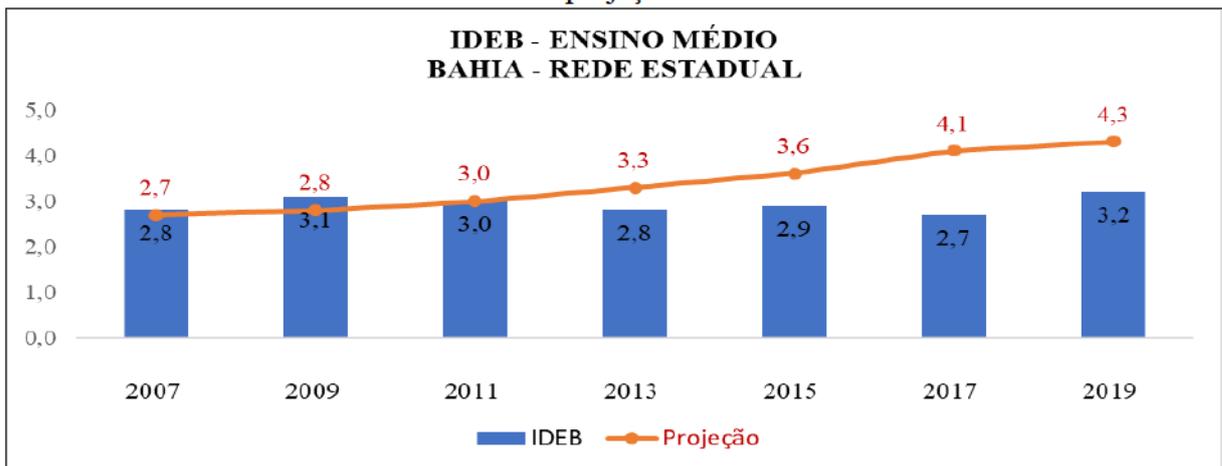
Desse modo, antes de se tornar censitário para o Ensino Médio, os estados que não possuíam sistemas próprios de avaliação em larga escala para essa etapa, tinham um cenário mais obscuro para definição de políticas públicas direcionadas à melhoria da qualidade da educação e garantia da equidade entre as escolas, no que diz respeito às informações sobre desempenho. E a Bahia promovia uma discussão interna sobre dados de desempenho que precisavam ser melhorados, mas sem muita compreensão e adesão por parte da comunidade escolar.

Dentre algumas sugestões e desafios sobre o uso do Ideb, Soares (2013, p. 921) sinaliza para a necessidade de

[...] transformar o Ideb em um primeiro passo para o processo de reflexão interna nas escolas, na busca de melhores e mais efetivas práticas pedagógicas que vão permitir aos seus alunos aprender o que precisam para uma vida digna e feliz.

Nessa perspectiva, para iniciar a análise do Ideb do Ensino Médio da rede estadual da Bahia, o Gráfico 8 revela a série histórica dos valores obtidos e as metas projetadas para essa etapa de ensino. Nesse gráfico é possível verificar as edições em que a rede estadual se distanciou das metas.

Gráfico 8 – Série histórica do Ideb e projeção das metas – Bahia – Ensino Médio



Fonte: Elaboração própria com base nas planilhas de resultados do Ideb

A série histórica é necessária pois explicita desde quando o Ensino Médio deixou de atingir as metas e o quanto isso pode ser desafiador, atentando que as metas são crescentes. Das sete edições apresentadas, o estado não atingiu meta em quatro.

Ainda sobre os dados explicitados no Gráfico 8, o Ensino Médio da rede estadual da Bahia começou a se distanciar das metas em 2013, último ano de aplicação da avaliação externa estadual e ano seguinte a maior greve de professores do estado. Os outros elementos expressos nos indicadores do Ensino Médio corroboram para associar o impacto do movimento dos professores sobre os dados de reprovação, apresentado no Gráfico 4, que voltou a crescer em todas as séries, a partir de 2013.

Outra redução relevante ocorrida no Ideb do Ensino Médio aconteceu em 2017. Nessa edição, o Ideb foi inferior ao revelado pela rede estadual em 2007 e 2013. Importante ressaltar que 2017 foi o ano em que o Saeb passou a ser censitário para o Ensino Médio e também foi o ano da reorganização dos tempos pedagógicos, que reestruturou as unidades letivas de quatro para três.

Quanto ao crescimento do Ideb observado em 2019, no tocante à série histórica, há duas possibilidades de análise. Se comparado com os dados de 2009 e o tempo decorrido entre

esses períodos, os valores indicam certa estagnação, considerando que as projeções feitas pelo Ideb, estabelecem uma progressão para os indicadores de rendimento e de desempenho. Ao comparar com os resultados de 2017, esse crescimento ocorrido de 0,5, é singular, tendo em conta que não houve, na série histórica, crescimento tão expressivo.

Ao observar o contexto e ações implementadas pelo estado para essa etapa de ensino, pode-se associar a melhoria do Ideb a um esforço de ações conjuntas, direcionadas para melhoria das aprendizagens de Língua Portuguesa e Matemática, ocorridas por meio das avaliações do SABE, das discussões pedagógicas pautadas nos resultados do SABE e do incentivo ao estudo dessas duas disciplinas, por meio do programa Mais Estudo. É importante ressaltar que essas ações foram estruturadas a partir dos resultados obtidos pelo estado no Ideb de 2017.

Para melhor entendimento do primeiro distanciamento da meta do Ideb, em 2013, do menor Ideb revelado pelo Ensino Médio, em 2017, e do crescimento revelado em 2019, é necessário observar os dois indicadores usados para o cálculo do Ideb: Indicador de Rendimento e Indicador de Desempenho.

Como o Ideb define um recorte de informações para medir a qualidade e a equidade dos sistemas educacionais, há que se decompor e analisar os indicadores para melhor asseverar sobre quais estão impactando no cálculo do índice.

O valor do Ideb cresce com melhores resultados do aprendizado dos alunos e cai se as taxas de aprovação também caem. Um dos motivos da grande respeitabilidade que o Ideb obteve é o fato de agregar, em um único indicador, uma medida de desempenho e outra de rendimento, dimensões fundamentais para uma análise relevante de sistemas de educação básica. (SOARES, 2013, p.906).

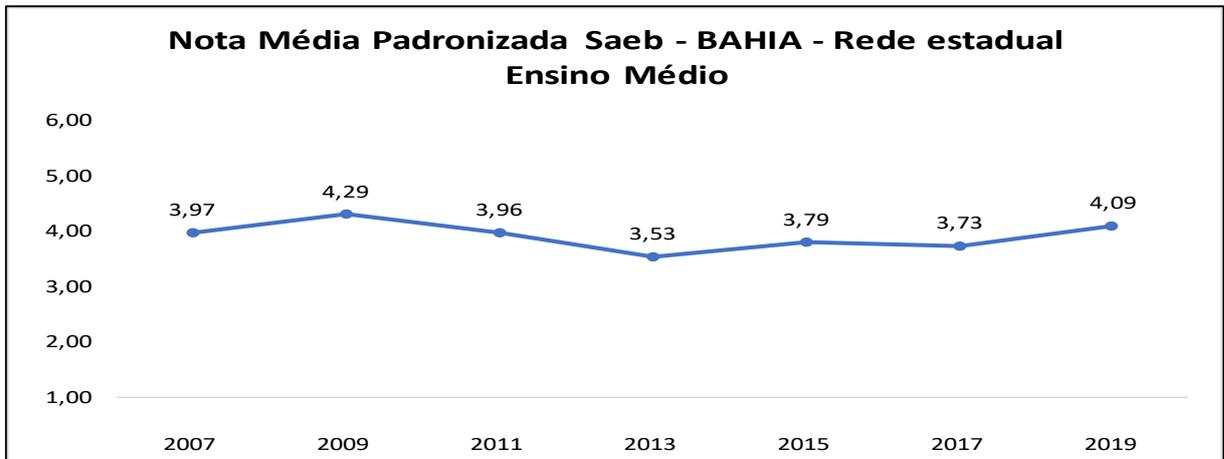
A compreensão de que o crescimento dos dois indicadores é importante para melhoria de um conjunto de informações que eles medem e garantem o crescimento do Ideb é o primeiro passo para observar que as oscilações no Ideb podem ter ocorrido em detrimento de um ou de outro indicador ou de ambos.

Dentre os elementos usados no cálculo do Ideb, para observar aprendizado e aprovação, a Nota Média Padronizada, é um indicador que está associado à aprendizagem e é obtido considerando as médias de desempenho dos estudantes em cada uma das disciplinas avaliadas pelo Saeb. Transformar as médias de duas disciplinas em um indicador de desempenho foi um desafio necessário. Desse modo, a Nota Média Padronizada foi construída para obter uma nota de 0 a 10, a partir da média de proficiência dos estudantes nas duas disciplinas avaliadas pelo Saeb. Seu conceito e forma de cálculo estão descritos na Nota Técnica do Ideb, com as devidas tabelas que apresentam proficiências médias e desvio padrão do Saeb de 1997 e a tabela que apresenta os “valores limites inferiores e posteriores utilizados na padronização das proficiências médias em Língua Portuguesa e Matemática.” (BRASIL. Inep, 2013). Segundo Soares (2013, p. 906),

Como as escalas das medidas das duas competências são diferentes, faz-se uma padronização dessas medidas antes de se calcular a sua média. A metodologia do Ideb assume que, para tornar comparáveis as proficiências de Leitura e Matemática, basta fazer com que variem no mesmo intervalo.

O Gráfico 9 apresenta a série histórica da Nota Média Padronizada, que é o Indicador de desempenho. Quanto maior for essa nota, mais aprendizado está associado a esse indicador, mas ele não é suficiente para garantir que a escola está contemplando uma aprendizagem uniforme e para todos, por ser uma média que resulta de pontuações individuais diversas.

Gráfico 9 – Série histórica da Nota Média Padronizada



Fonte: Elaboração própria com base nas planilhas de resultados do Ideb

A Nota Média Padronizada apresentada em 2009 (4,29) foi a maior da série histórica. Esse dado pode significar que os estudantes do Ensino Médio, mesmo com a avaliação do Saeb tendo acontecido de forma amostral nessa edição de 2009, revelaram um maior domínio sobre os conteúdos e habilidades utilizados na avaliação externa.

A partir de 2009, a Nota Média Padronizada começou a baixar. A menor foi observada em 2013 (3,53), ano que o Ensino Médio da Rede estadual começou a se distanciar da meta do Ideb. A outra menor Média Padronizada foi revelada em 2017 (3,73).

Olhar a Nota Média Padronizada é essencial, mas não é suficiente para a realização de um trabalho pedagógico sobre as habilidades reveladas pelos estudantes, já que ela agrega o resultado das duas disciplinas avaliadas pelo Saeb. Para melhor entendimento sobre a Nota Média Padronizada é necessário observar as médias de proficiência nas duas disciplinas avaliadas pelo Saeb: Língua Portuguesa e Matemática e os percentuais de estudantes nos níveis mais altos e mais baixos da escala. Esses dados são determinantes, pois servem para subsidiar discussões pedagógicas sobre o desempenho esperado dos estudantes concluintes do Ensino Médio.

Antes da apresentação do gráfico das médias, há que se esclarecer que as pontuações obtidas pelos estudantes nas avaliações do Saeb consideram o conjunto de acertos aos itens da prova e as análises estatísticas dos itens, em cada componente avaliado. (BRASIL. Inep, 2006).

As análises estatísticas e psicométricas promovidas após a pré-testagem permitem produzir informações importantes acerca dos itens. Dentre elas, a dificuldade empírica de cada questão, seu coeficiente e parâmetro de discriminação e o comportamento de cada alternativa nos itens de múltipla escolha calculando-se correlações. (INEP, 2006).

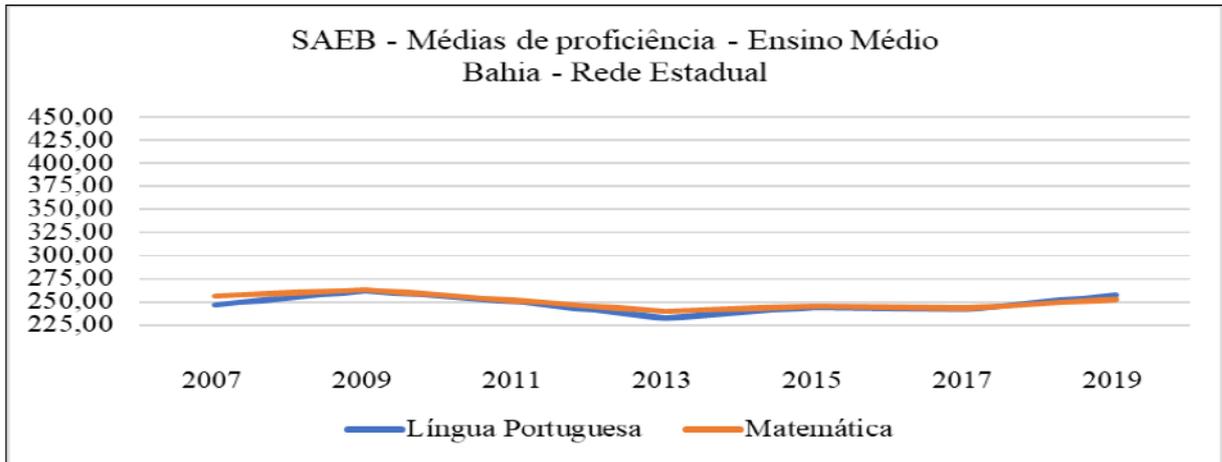
De acordo com Soares (2009, p.229), “é preciso definir uma métrica para a medida das competências de interesse. No Brasil, o Saeb definiu métricas para a competência leitora e matemática. [...] A medida dessas competências é usualmente denominada proficiência na literatura técnica.”.

Por meio dessas proficiências, ou melhor, conjunto de aprendizados, domínio de informações e conhecimentos, e a interpretação correta dos níveis da escala, é possível verificar

se os estudantes estão com aprendizado adequado à série que estudam e os resultados podem influenciar positivamente o ensino e a aprendizagem.

O Gráfico 10 expõe a série histórica das médias de proficiência dos alunos nas duas disciplinas avaliadas pelo Saeb: Língua Portuguesa e Matemática.

Gráfico 10 - Médias de proficiência no Saeb em Língua Portuguesa e Matemática do Ensino Médio da rede estadual da Bahia



Fonte: Elaboração própria a partir de dados das planilhas de resultados do Ideb

O eixo do Gráfico 10 foi organizado levando em conta os níveis da escala do Saeb que se inicia, no Ensino Médio, em 225 pontos. Os intervalos de pontuações dos níveis mudam a cada 25 pontos, nas duas disciplinas. Em Língua Portuguesa, há a descrição de um conjunto de habilidades, que são cumulativas e apresentam graus de complexidade gradativas, distribuídas em oito níveis. O último nível agrega todas as habilidades dos níveis anteriores e corresponde as médias iguais ou maiores que 400 pontos. Em Matemática, a escala se organiza em dez níveis, também cumulativos. Obter a pontuação do último nível significa que o estudante tem o domínio de todas as habilidades descritas nos níveis anteriores (corresponde as médias iguais ou maiores que 450 pontos). (BRASIL. Inep, 2019).

De acordo com o Gráfico 10 as médias de proficiência do Ensino Médio da rede estadual, nas duas disciplinas avaliadas pelo Saeb, ficaram, em toda a série histórica do Saeb, mantidas entre o primeiro e segundo nível da escala do Saeb.

De acordo com o Inep (2017, p.21), a escala de proficiência é o

Conjunto de números ordenados obtido pela Teoria de Resposta ao Item (TRI) que representa a medida da proficiência em uma determinada área de conhecimento. No Saeb, em cada área do conhecimento, há uma escala de proficiência única para todos os anos escolares (séries) e todas as edições da avaliação [...]

Somente com o entendimento pedagógico sobre o que se apresenta descrito em cada nível da escala do Saeb é possível compreender o que os estudantes não estão revelando em termos de aprendizagem escolar.

A escala pode ser visualizada como uma régua construída com base nos parâmetros estabelecidos para os itens aplicados nas edições do teste. Em cada ciclo da avaliação, o conjunto de itens aplicados nos testes de desempenho é posicionado na escala de proficiência a partir dos parâmetros calculados com base na TRI. Após a aplicação do teste, a descrição dos itens da escala oferece uma explicação probabilística sobre as habilidades demonstradas em cada intervalo da escala. (BRASIL. Inep., 2019, p. 45).

A Tabela 1 apresenta as médias obtidas pela rede estadual no Ensino Médio, durante o período em análise.

Tabela 1 – Médias de desempenho nas avaliações do Saeb

Disciplinas avaliadas	Edições e médias de desempenho no Saeb - Bahia Ensino Médio						
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Média em Língua Portuguesa	245,95	261,52	249,84	232,70	244,36	242,34	256,94
Média em Matemática	256,05	262,74	251,54	239,19	244,89	243,15	253,02

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das planilhas de resultados do Ideb (Inep, 2020)

A partir do entendimento sobre os níveis da escala, que são cumulativos, e das médias apresentadas na Tabela 1, constata-se que o desempenho oscilou entre pontuações correspondentes ao Nível 1 da escala Saeb (igual ou maior que 225 e menor que 250 pontos), em Língua Portuguesa, em várias edições do Saeb: 2007, 2011, 2013, 2015 e 2017. Em Matemática, a média se localizou entre as pontuações do Nível 1 da escala do Saeb nas edições de 2013, 2015 e 2017.

A maior média da série em análise, nos dois componentes curriculares, foi revelada em 2009. Porém, os maiores valores revelados pelas médias se localizam no Nível 2 (igual ou maior que 225 e menor que 250 pontos) da escala. Ao considerar as edições que apresentaram as menores médias de proficiência nas duas disciplinas (Nível 1), três edições (2013, 2015 e 2017) já justificam o Ideb não ter atingido as metas, uma vez que elas foram menores que as médias de 2007 e as metas propõem uma progressão dos indicadores.

A ausência de apropriação das informações e de reflexão sobre os resultados de desempenho dos estudantes pelas escolas e pelo Órgão Central pode ter contribuído para o quadro que se apresentou nas médias de proficiência e, conseqüentemente, para que o Ideb revelasse baixo crescimento em 2013 e 2015 e queda em 2017.

Dessa maneira, como medida para monitorar a aprendizagem, o Saeb quando passou a ser censitário, contribuiu para revelar o desempenho insatisfatório dos estudantes, que impactou na mais grave redução do Ideb do estado.

Pode-se considerar que o crescimento observado nas médias de Língua Portuguesa e Matemática, em 2019, foi muito tímido e expõe a fragilidade que as aprendizagens nessa etapa de ensino ainda revelam. Cabe salientar que o Inep, durante a divulgação dos resultados do Saeb, edição de 2017, em 2018, definiu como aprendizado adequado para o Ensino Médio, médias que se localizam a partir do nível 7 (maior ou igual a 375 e menor que 400 pontos) da escala de proficiência (BRASIL. Inep, 2017). Essa definição pelo Inep em 2018 causou estranhamento, pois o Movimento Todos pela Educação² estabelece outro parâmetro.

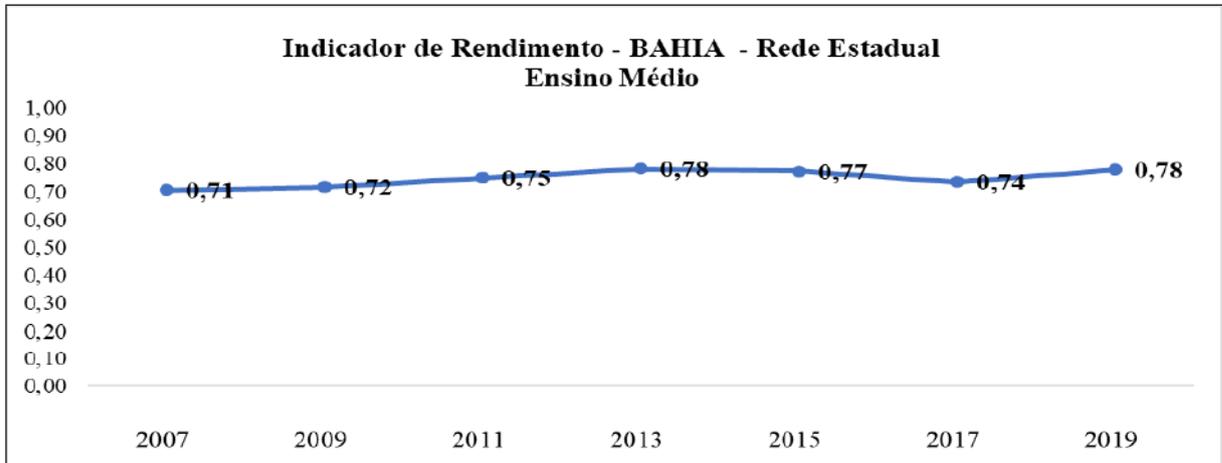
Segundo Soares (2009, p. 229),

[...] o direito ao aprendizado só fica completamente atendido se cada aluno desenvolver as competências cognitivas em níveis compatíveis com o exercício de sua cidadania e preparação para o trabalho. Ou seja, não basta apenas verificar se o aluno aprendeu, é preciso também saber se atingiu o nível de proficiência adequado.

² O Movimento Todos pela Educação foi criado em 2006 e têm como objetivo contribuir para que o Brasil garanta a todas as crianças e jovens o direito à educação básica de qualidade. Não tem fins lucrativos, nem ligação com partidos políticos. É financiado pela iniciativa privada e congrega a sociedade civil organizada, educadores e gestores públicos.

A série histórica do Indicador de Rendimento, apresentada no Gráfico 11 também expõe uma situação de estagnação do Ensino Médio da rede estadual da Bahia, oscilando entre 0,71 e 0,78.

Gráfico 11 – Série histórica dado Indicador de Rendimento



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das planilhas de resultados do Ideb

Quanto ao Indicador de Rendimento, observa-se a manutenção de um padrão na série histórica, com pouco crescimento. De acordo com a Nota Técnica do Ideb, para cálculo do Indicador de Rendimento são considerados a proporção de estudantes aprovados em cada série e o tempo médio para a conclusão de uma série na etapa avaliada. (BRASIL. Inep, 2007).

Ainda sobre o cálculo desse indicador, Soares e Xavier (2013, p. 910) esclarecem que

A soma das taxas de aprovação, reprovação e abandono é 100%. Portanto, se a taxa de abandono é alta, tanto a taxa de aprovação quanto a de reprovação podem ser baixas, ao mesmo tempo.

O indicador de rendimento usado no Ideb pode ser interpretado como a razão entre o número de anos da etapa e o número de anos letivos que um aluno típico da escola gasta para completar uma série.

Em 2019, o Indicador de Rendimento foi igual ao revelado em 2013: os dois maiores da série histórica, mas não representaram o mesmo impacto no Ideb. Isso comprova o quanto os indicadores usados para cálculo do Ideb precisam ser acompanhados para garantir que, ao menos nesses aspectos, a educação não apresente prejuízos educacionais para os estudantes. Não basta garantir aprovação, sem aprendizado. Em 2013, a Nota Média Padronizada foi a menor da série histórica, comprometendo o Ideb.

Ao associar o Indicador de Rendimento de 2019, com as taxas de aprovação, apresentadas no Gráfico 3, observa-se que a melhor taxa foi revelada em 2019. Dessa maneira, tanto o Indicador de Rendimento, quanto o Indicador de Desempenho, verificado por meio das médias do Saeb, contribuíram para o crescimento obtido no Ideb de 2019.

Fundamentada nas análises apresentadas, o Ensino Médio da rede estadual da Bahia revela condições indesejáveis para estudantes concluintes dessa etapa de ensino, no que diz respeito a: permanência, aprovação, adequação idade-série, médias de proficiência em língua Portuguesa e Matemática.. As medidas adotadas pela Secretaria de Educação revelam pouco impacto nos indicadores nessa etapa de ensino. De acordo com Klein (2009, p. 142) o Ensino Médio precisa

[...] ter tempos médios esperados de conclusão reduzidos, é necessário que as taxas de repetência sejam menores que 5% e as taxas de evasão menores que 1%. Em outras palavras, é necessário que as taxas de aprovação sejam maiores que 95% em todas as séries e as taxas de evasão entre séries menores que 1%, também, em todas as séries. É claro que o ideal seria taxas nulas de repetência e evasão.

A tomada de consciência sobre a necessidade de ampliar o olhar para os indicadores usados pelo Ideb permite que escolas e Secretaria de Educação do Estado da Bahia reconheçam que os dados educacionais são importantes para direcionar as ações e projetos e passem a defini-los a partir da identificação de escolas com metas não alcançadas, instituindo, junto com a escola, os padrões mínimos para: aprovação, reprovação, abandono e aprendizado.

Os indicadores do Ensino Médio aqui apresentados constataam a necessidade de aprofundar os estudos sobre outros fatores contextuais e extraescolares que se relacionam com esses dados para definição de políticas públicas de garantia da progressão dos estudos, considerando o desempenho esperado e a idade certa para conclusão de cada série nessa etapa da Educação Básica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações das seções anteriores, uma das proposições mais urgentes para alteração do cenário observado no Ensino Médio da rede estadual da Bahia se refere à necessidade de rever as taxas altas de reprovação, pois têm impacto negativo sobre as aprendizagens e continuidade dos estudos pelos alunos. A proposta sugerida por Klein (2009) é que se persiga taxas de aprovação maiores que 95%.

Por meio de um processo formativo, em parceria com as universidades, pode-se ampliar as discussões sobre os prejuízos da reprovação para os estudantes, com estabelecimento de metas de redução dessas taxas para todas as escolas, com limite máximo tolerado de 5%.

A série histórica de todos os indicadores apresentados no estudo reforça a necessidade de construção de novos movimentos para utilização dos dados educacionais e de ações definidas pelo Órgão Central para monitoramento do sistema de ensino e estabelecimento de metas que contribuam para a melhoria de todos os indicadores educacionais do Ensino Médio. Os projetos, quando construídos a partir de indicadores e com o objetivo de impactar positivamente nos resultados de aprendizagem, como aconteceu com as avaliações estaduais do SABE e com o Mais Estudo, parecem ter uma maior repercussão e envolvimento da comunidade escolar.

As altas taxas de abandono e a regularidade dos dados ainda observados no Ensino Médio, que em 2019 apresentou média geral de 7,8% e de distorção idade-série, com 50% na 1ª série, sugerem a necessidade de buscar suas causas, os fatores que podem estar mantendo esses indicadores tão críticos, bem como a revisão das ações desenvolvidas pelo estado. Dentre as medidas para fortalecer a permanência dos estudantes na escola, a adequação das instalações escolares, com salas e demais ambientes de convivência em bom estado de conservação, deve ser observada nas escolas que apresentam os percentuais mais negativos de abandono.

Em relação ao aprendizado, que oscila entre os níveis mais iniciais da escala do Saeb, considerados como insuficientes, nas duas disciplinas avaliadas pelo Saeb, exigem da SEC um entendimento mais homogêneo, consciente e direcionado sobre o que as médias do Saeb revelam e o que o estado julga adequado para seus estudantes, em termos de aprendizagem. Enquanto não houver esse entendimento, mais difícil será a tomada de decisão, pela Secretaria de Educação sobre ações que precisam ser implementadas para garantir a aprendizagem de todos os estudantes, no padrão considerado adequado pelo Movimento Todos pela Educação, que prevê para o Ensino Médio uma pontuação média igual ou superior a 300

pontos para Língua Portuguesa (Nível 4 da escala Saeb) e igual ou superior a 350 para Matemática (Nível 6 da escala Saeb).

Nesse sentido, para obtenção de maior impacto sobre participação e aprendizagem dos estudantes, pode-se estruturar a implementação de um trabalho sistemático nas escolas, envolvendo toda a comunidade escolar, inclusive os líderes de classe e os monitores do Programa Mais Estudo, com o intuito de promover o protagonismo, o empoderamento e posturas mais colaborativas para identificação dos fatores que se constituem um problema para a escola, como as altas taxas de reprovação e abandono, e como todos juntos podem propor medidas de melhoria. Envolver os estudantes em questões escolares favorece o desenvolvimento do sentimento de pertencimento com a comunidade escolar.

Ainda quanto as médias de cada escola no Saeb e a distribuição do percentual de estudantes nos níveis da escala de proficiência é necessário orientar, estimular e incentivar as escolas para uso dos resultados, como melhor caminho para garantir mais aprendizagem e, como consequência, a obtenção de mudanças no cenário dos indicadores do Ensino Médio. Um caminho possível, em uma rede estadual grande como a Bahia, passa pelo investimento na formação dos professores, contemplando temas específicos como: avaliação, escalas de proficiência, habilidades, indicadores educacionais, currículo, relações humanas como fator necessário para motivação de aprendizagens e práticas pedagógicas significativas.

Outro aspecto relevante e que não pode ser desconsiderado diz respeito à necessidade de avaliar constantemente a qualidade dos trabalhos realizados pela escola para verificar se os processos de ensino e a gestão democrática e participativa estão garantindo um ambiente escolar que promova a permanência e a aprendizagem adequada dos estudantes. Por mais que a avaliação seja ainda muito criticada e mal compreendida pela comunidade escolar, ela é necessária para indicar como os estudantes e os processos gerenciados pela escola estão e que caminhos devem ser traçados para que o estado da Bahia saia da situação crítica em que se encontra.

Além disso, por meio da avaliação de estudantes e da gestão escolar, a Secretaria de Educação tem um importante indicador de resultados para direcionar ações e recursos voltados ao bom gerenciamento e boas práticas pedagógicas.

Outro ponto importante é o reconhecimento da necessidade de criação de mecanismos de monitoramento das ações implementadas nas escolas, para realização de intervenções mais céleres, que revertam os percentuais baixos de aprovação, as altas reprovações, o abandono e demais prejuízos para a educação e para a sociedade.

É preciso também desenvolver com as escolas procedimentos estratégicos, como atendimento individualizado, que ajudem a reduzir as taxas de reprovação e que possibilitem o acompanhamento de estudantes que estão com desempenho mais baixos. Para isso, mais uma vez, a formação do professor deve ser considerada como estratégia para intensificar o conhecimento, despertar mais o interesse e satisfação do professor com o trabalho e a motivação para o aprendizado dos estudantes.

Assim, por meio do olhar para elementos expostos nos indicadores educacionais, da identificação das escolas que apresentam dados insatisfatórios recorrentes, e das ações e projetos, voltadas para o pedagógico, que não revelaram impacto na melhoria das aprendizagens, é premente a necessidade de formulação de políticas educacionais que garantam o direito de aprender dos estudantes.

Somente com orientações claras sobre o que é esperado de cada escola para melhoria das aprendizagens dos estudantes do Ensino Médio e com um trabalho mais integrado entre os projetos e ações da Secretaria, o estado poderá vencer esse desafio e reverter os baixos indicadores educacionais revelados pela Bahia.

Por fim, é preciso promover também a formação das equipes do Órgão Central da SEC e dos Territórios de Identidade, que monitoram e apoiam as escolas, para garantir

discussões qualificadas sobre os indicadores educacionais e melhores condições para orientar o desenvolvimento de ações nas escolas, pautadas em metas que contribuam para a construção de indicadores mais eficazes, rompendo com a crença de que a reprovação é a única alternativa para os estudantes que precisam de mais atenção.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. **Professores finalizam greve após 115 dias de movimento.** JORNAL A TARDE. 2012 – Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1444596-professores-finalizam-greve-apos-115-dias-de-movimento>. Acesso em: 05 fev. 2021.
- ANDRADE, D. F.; TAVARES, H. R.; VALLE, R.C. **Teoria da resposta ao item: conceitos e aplicações.** Caxambu: Associação Brasileira de Estatística, 2000. Disponível em: https://docs.ufpr.br/~aanjos/CE095/LivroTRI_DALTON.pdf . Acesso em 26 de fev.2021.
- BAHIA. SECRETARIA DE CULTURA - SECULT. **Territórios de Identidade. COLEÇÃO POLÍTICAS E GESTÃO CULTURAIS.** BAHIA. 2013. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/PERAFANMireyaEValenciaOLIVEIRAHumbertoTerritorioeIdentidadeColecaoPoliticaseGestaoCulturaisSECULT2013.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- BAHIA. Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015. **Institui o Plano Plurianual Participativo** – PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019. Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE. 2016. Disponível em: www.legislabahia.ba.gov.br. Disponível em: https://www.tce.ba.gov.br/files/flippingbook/relatorio_parecer_previo_exercicio_2016/files/asets/basic-html/page251.html. Acesso em: 21 jan. 2021.
- BAHIA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Portaria Nº 9936 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.** Bahia, 2016. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/system/files/private/midiateca/documentos/2016/portaria-no-9936-retificada-pela-portaria-no-10150.pdf>. Acesso em: 29. nov. 2020.
- BAHIA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Escolas. Educação Básica. Ensino Médio,** Bahia. 2016. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/avale-ensino-medio>. Acesso em: 29. nov. 2020.
- BAHIA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Estudantes. Mais Estudo,** Bahia. 2019. Disponível em: <http://estudantes.educacao.ba.gov.br/mais-estudo>. Acesso em: 29. nov. 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Básica.** Brasília, DF. Inep. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20. nov. 2020.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Indicadores Educacionais.** Brasília, DF. Inep. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>. Acesso em: 20. nov. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Indicadores Educacionais. **Ideb**. Brasília, DF. Inep. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 20. nov. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Indicadores Educacionais. **Docentes com curso superior**. Brasília, DF. Inep. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-atuacao/indicadores-abertos/indicadores-educacionais/percentual-de-docentes-com-curso-superior>. Acesso em: 20. nov. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Portaria Nº 564, de 19 de Abril de 2017**. Brasília, DF. Inep. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-contedo/legislacao/saeb>. Acesso em: 19. dez. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Portaria Nº 447, de 24 de maio de 2017**. Estabelece diretrizes para o planejamento e a operacionalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) no ano de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 maio 2017a. Seção 1, p. 21. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislacao/2017/Portaria_mec_gm_n564_de_19042017_saeb.pdf. Acesso em: 19. dez. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: **Censo da Educação Básica Estadual 2019**. -Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. xpp. : il. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/6874720. Acesso em: 20. dez. 2020

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Portaria nº 249, de 20 de março de 2019**. Brasília, DF. Inep. 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68157701. Acesso em: 19. jan. 2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Saeb**. Brasília, DF. Inep. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>. Acesso em: 22. dez. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Nota Técnica**: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. 2007. Brasília. Inep. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em: 19. jan. 2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Brasília, DF. **O Instituto**, 2006. 266 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_nacional_do_saeb_2003.pdf. Acesso em: 27. fev. 2021

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Saeb. Brasília, DF. **Relatório SAEB**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. 162 p. : il. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_saeb_2017.pdf. Acesso em: 15. abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC – **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. MEC. 2013. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5. Acesso em: 18 dez. 2020.

CASTRO, M. H. G. **O Saeb e a agenda de reformas educacionais: 1995 a 2002**. Em Aberto, Brasília, v.29, n.96, p.85-98, maio/ago.2016.

CAED. Avaliação da Educação – **SABE. Sistema de Avaliação Baiano da Educação**. Juiz de Fora. 2020. Disponível em: <https://avaliacaoemontoramentobahia.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>. Acesso em: 18 dez. 2020.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Inep, 2007. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/%C3%8Dndice+de+Desenvolvimento+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+\(Ideb\)/26bf6631-44bf-46b0-9518-4dc3c310888b?version=1.4](http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/%C3%8Dndice+de+Desenvolvimento+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+(Ideb)/26bf6631-44bf-46b0-9518-4dc3c310888b?version=1.4). Acesso em: 24 out. 2020.

FERNANDES, R; GREMAUD, Amaury Patrick. **Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas**. In: VELOSO, Fernando et al. (Orgs.). Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 213-238. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/seminario/reynaldo_paper.pdf. Acesso em: 24 out. 2020.

FERNANDES, R. **A universalização da avaliação e a criação do Ideb: pressupostos e perspectivas**. Em Aberto, Brasília, v.29, n.96, p.99-111, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020. **Cidades - Panorama – Ranking**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pesquisa/48/48980?tipo=ranking>. Acesso em: 26.nov. 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – 2019. **O Ideb como instrumento de gestão para uma educação de qualidade – A educação brasileira vista pelas lentes do Ideb. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.**- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9236/1/TD_2474.PDF. Acesso em: 20. fev. 2021.

KLEIN, R. **Como está a educação no Brasil? O que fazer?** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 139-172, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n51/a02v1451.pdf>. Acesso em: 26. fev. 2021.

SOARES, J. F. **Avaliação da qualidade da educação escolar brasileira**. In: SCHWARTZMAN, L. F. et al. (Orgs.). O sociólogo e as políticas públicas: ensaios em homenagem a Simon Schwartzman. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 215-242. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/fest11_chico.pdf. Acesso em: 20 de dez. 2020.

SOARES, J.F; XAVIER, F.P. **Pressupostos Educacionais e estatísticos do Ideb**. Educação e Sociedade, v. 34, n. 124, p. 903-923, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/13.pdf>. Acesso em: 04. out. 2020.

SOARES, J. F. **O direito à educação no contexto da avaliação educacional**. Em Aberto, Brasília, v.29, n.96, p.141-152, 2016.

UNICEF. **Panorama da Distorção Idade-série no Brasil**. 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idadeserie_no_Brasil.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

_____. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar**. 2021. Disponível em: https://trajetoriaescolar.org.br/wp-content/uploads/2021/01/web_unicef-cultura-fracasso-escolar-vf.pdf. Acesso em 30 jan. 2021.